

Parlamentarismo dualista

Rio — A Comissão de Estudos Constitucionais, que está reunida desde o início da semana, no Hotel Glória, no Rio, voltou a discutir ontem o regime parlamentarista. Ao final das discussões, o plenário aprovou a proposta de um parlamentarismo misto, classificado pelos conselheiros de "dualismo de complementaridade".

Para o conselheiro Ferro Costa, o povo será mais ouvido através de um sistema onde o trabalho do presidente da República é complementado pelas funções de um primeiro-ministro, eleito pelo Congresso Nacional. A mesma opinião não tem o conselheiro José Afonso da Silva, para quem o parlamentarismo, ao invés de oferecer mais estabilidade política, aumentará os conflitos dentro do governo. Ele acha também que a diminuição de poderes de um presidente eleito por via direta causará enorme frustração ao povo brasileiro.

Miguel Reale Júnior, por sua vez, receia que o parlamentarismo misto provoque uma dualidade de poderes no governo, prejudicando a administração. Já o conselheiro Laerte Vieira rebate essa tese, descartando a possibilidade de conflito entre o presidente e o primeiro-ministro. Não há dualidade, disse ele, mas complementação e por isso o termo "dualismo de complementaridade".

O secretário-executivo da Comissão de Estudos Constitucionais, Mauro Santayana, atribui a instabilidade política do País e a fragilidade dos partidos políticos ao regime que vigora desde a Proclamação da República. "São poucos partidos fortes, disse ele, quando o presidente da República não tiver tantos poderes". Na sua opinião, a história já demonstrou que o presidencialismo não atende as necessidades brasileiras.